



LEÃO, Isabel Ponce de. *Pro litteris*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2019.

Dionísio Vila Maior

Universidade Aberta, Lisboa / Portugal

dionisiovm@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-5425-0051>

Theodor Adorno, na sua *Teoria estética*, refere-se ao comportamento tradicional perante a obra de arte, um comportamento que era de “admiração”; e continua, quase logo a seguir: “A relação à arte não era a de incorporação, mas, pelo contrário, era o contemplador que desaparecia na coisa” (1993, p. 24).

Este testemunho de Adorno assume, neste contexto, um significado especial, já que ele me reenvia para uma vertente importante do ato de leitura de um texto. Devo dizer, antes de mais, que, quando ia lendo o livro *Pro litteris*, de Isabel Ponce de Leão, era esse o processo que paulatinamente se ia resolvendo no âmbito, sempre, de um procedimento crítico que a leitura do livro ia impondo: contemplação, sim, mas uma contemplação que ia consistindo no ganho de sentido da “função intelectual”. *Pro litteris* (editado pela Fundação Eng. António de Almeida) completa essa função: trata-se de um conjunto polifónico de reflexões fundamentadas numa plenitude crítica (no que ela significa de operacionalidade metodológica e hermenêutica), e que, seguras no entendimento dessa operacionalidade, se amplificam continuamente sobre os Estudos Literários (princípio basilar, é certo), mas também sobre os Estudos Interartes, os Estudos Culturais, os Estudos Linguísticos, os Estudos Sociais e os Estudos de Comunicação...

Ao assumir o *eu* crítico como entidade indissociável de um conjunto de problemas cuja especificidade diz respeito não só à crítica literária, mas também à prudente atenção que consagra à(s) Arte(s), à Sociologia, ao Jornalismo Cultural, à problemática da leitura e dos leitores, ao Turismo Cultural, ao assumir essa atitude, dizia, Isabel Ponce de Leão contribui admiravelmente para aclarar uma já longa questão respeitante ao papel do Professor (universitário e não só): a que

diz respeito à sua função de elo de ligação entre um Saber (produto de uma longa, enérgica, intensa, recantada, investigação) e a comunidade, com quem Ponce de Leão exerce um laborioso e humilde (modelar, aqui) exercício dialogal. E é esse diálogo, assente de forma contínua num exercício – transversal e interdisciplinar – de partilha do sentido crítico, que a Autora nos presenteia, com um conjunto sistematicamente organizado de reflexões sobre Agustina Bessa Luís, José Régio, Sophia de Mello Breyner Andresen, e sobre tantos e tantos outros autores, e artistas, contemporâneos.

Contudo, Ponce de Leão cumpre, em *Pro litteris*, um dos objetivos mais importantes que se circunscreve o trabalho do investigador e professor universitários: convida-nos à reflexão e à ação. Não faltam – até pelo perfil pluridiscursivo que é reconhecido a esta Professora Catedrática da Universidade Fernando Pessoa, responsável pela área da Literatura do Grande Dicionário de Língua Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, em preparação – as referências constantes de divisa literária (Ovídio, Lucrécio, Heródoto, Baudelaire, Edgar Allan Poe, Saint-Exupéry, Camões, Bernardim Ribeiro, Garrett, Herculano, Eça, Júlio Dinis, Camilo, Pessanha, Cesário Verde, Pessoa, Florbela, O'Neill...); e o índice erudito que daí manifestamente resulta pode rastrear-se ainda na constante e equilibrada convocação anamnésica (hoje, cada vez mais necessária) de um conjunto de outras referências que comprovam aquela qualidade de nível superior com que Pessoa bastas vezes se imprimiu: desde São Tomás de Aquino à nobel Wisława Szymborska, passando por Liszt, Caetano Veloso, Schönberg, Vivaldi, Peter Hartmann, ou por Kant, Locke e Leibniz, ou ainda pela palavra crítica consagrada de Saussure, Chomsky, Propp, Jakobson Todorov, Greimas, Luckács, Barthes, Jauss, Umberto Eco, todo este livro aparece marcado por uma fluidez, erudita, de coordenadas que imprimem aos seus textos uma dinâmica muito particular.

E porque também um inteligente discurso da(s)/sobre a(s) Arte(s) se encontra igualmente tão presente, é manifesto o douto sentido que Ponce de Leão possui da discursividade (artística, estética, programática...) daquele “sujeito de qualidades de excelência”: de Almada, Amadeo, Maria Helena Vieira da Silva, Arpad Szenes, Sarah Afonso, Júlio, Cargaleiro, Vieira da Silva... e outros, muitos outros: Caravaggio, Ticiano, Rubens, Rembrandt, Velázquez, Van Gogh, Klimt, Degas, Edvard Munch, Monet, Manet, Matisse, Pissarro, Renoir, Degas, Sisley, Joaquín Sorolla, Modigliani, Dalí, Duchamp,

Mondrian, Toulouse-Lautrec, Picasso, Braque, Jankélévitch, Chagall, Schiele, Rouault, Paul Klee, o tão incontornável Kandinsky (com quem visivelmente, no campo da formação artística e objetiva crítica, a Autora assegura um pacto de confidencialidade). E mais: se é certo que o acerto cirúrgico nas referências culturais com que Ponce de Leão vai dissecando as diversas temáticas sobre as quais se debruça assegura aos diversos ensaios que conformam o livro uma segura rede crítica, não menos certo é a circunstância de não o fazer sem variavelmente se apoiar em epígrafes iniciais, a partir da leitura das quais o leitor pode entrever aquela necessidade paradigmaticamente postulada de um *hard labour* que diligentemente vai comparecendo – apesar da modéstia com que aos estudos apresentados a Autora empresta o estatuto de “escritos de ocasião”... porque, no que às ponderações com que se impõem e à reflexão que solicitam, definitivamente não o são.

Pro litteris divide-se em quatro secções (com tudo o que de não fracionamento ele implica, já que todas as matérias abordadas dialogam direta ou indiretamente entre si): a primeira secção intitula-se “Ecos”; a segunda, “Reflexos”; a terceira, “Dispersos”; a última, “Do porto”.

Em “**Ecos**”, Isabel Ponce de Leão oferece-nos três textos, deixando transparecer como que uma síntese da sua longa e reconhecida investigação no âmbito dos estudos sobre três figuras paradigmáticas da literatura portuguesa: Agustina Bessa-Luís, José Régio e Sophia de Mello Breyner, na relação que estes autores viveram, e vivenciaram, com as outras artes.

Assim, no texto “Ecos de Agustina”, Ponce de Leão aborda as ligações daquela autora com Graça Morais, apresenta um projeto de um *web-museu* dedicado a Agustina e ajunta uma evocação da escritora. Tendo como ponto de partida o livro *Metamorfoses* (de Agustina e Graça Morais), o recinto dialogal da *Ekphrasis* e a dinâmica do “jogo da cama do gato”, Isabel Ponce de Leão reflete, fio a fio, sobre as personagens da escritora pintadas por Graça Morais, e “viaja” por entre as duas, observando, com atenção e rigor analítico, a forma como se constroem os fios do diálogo interartístico; e, como diz, olhar esse jogo, olhar as mulheres de Agustina e Graça Morais, “é olhar a vida despida de preconceito, tragada na sua plenitude, vivida e sofrida” (2019, p. 35). Nesse jogo artístico e literário ambivalentemente dialógico com Ovídio, encontra Ponce de Leão um “jogo de luzes e sombras”, bem como, na sustentação diferenciadamente codificada, uma reinterpretção do

mundo: as duas linguagens (de Agustina e de Graça Morais) corporizam uma “alquimia”, aquela “alquimia em que a mulher se reafirma, apesar de naturais fragilidades, como um ser superior” (2019, p. 25-26). O referente, esse, é comum: as figuras femininas agustinianas. Trata-se de uma rica galeria com uma tão enorme força telúrica que, rivalizando com Camilo e Eça, quebra frequentemente o equilíbrio instituído; são figuras que, carnavalizando (no sentido bakhtiniano) sentimentos, esquemas sociais, pactos sociais, são vítimas de um destino que lhes é inexorável, configurando “o oprimido pela cultura dominante”, e que, por isso, vivem em “mundos de possibilidades impossíveis”, “desnadam” “hierarquias das realidades sociais servidas por etiquetas”, sendo “monstros-mulheres”, como diz Ponce de Leão, que “desconstroem a monstruosidade erigindo singularidades inabaláveis não pactuantes com a convenção” (2019, p. 25). Ora, é a sintonia com esta forma de encarar as mulheres de Agustina que permite a Isabel Ponce de Leão encará-las (a Sibila [figura tutelar da narrativa agustiniana], Ema Paiva [aqui considerada como uma das personagens femininas mais belas e emblemáticas de Agustina], Fanny, entre tantas outras...) como, afinal, “o exemplo acabado do que somos nós todos: fragilidades e virtudes”, refletindo, assim, no fundo, a “tragédia humana” (2019, p. 30 e 34) – bem visível nos rostos “interpretados” por Graça Morais, com o seu tão marcante expressionismo policromático. Ora, é (também) essa marca ligada figurativamente ao sofrimento e à plenitude que, segundo a Ponce de Leão, justificaria plenamente a “edificação” de um museu digital dedicado a Agustina. Nesse sentido – e nunca esquecendo (também aqui não) o que isso acarretaria para o desenvolvimento sustentável ao nível cultural –, a Autora partilha com o leitor o projeto de um museu *on-line*, de um “museu vivo”, de um espaço digital museológico acerca não “de uma pessoa”, mas, sim, “de uma obra”, de uma espaço que (de acordo com uma metodologia transversal, crociana e tomachevskiana, muito própria) “sugira, a quem o visita, uma renovação concetual de movimentos estéticos e históricos, que obviem a instauração de vínculos com o presente, através de releituras várias e dinâmicas, não só dependentes da enciclopédia cultural de cada visitante-leitor, como também da forma como nós a consigamos presentificar” (2019, p. 37). Tratar-se-ia, no fundo, da presentificação constantemente ativa de uma Agustina que dialoga com o universal, mas também em cujo ADN se encontra profundamente, como diz, o “Porto, o Douro, a zona nortenha e as suas gentes” (2019, p. 62).

A noção de sustentabilidade continua no segundo texto: “Ecos de Régio”. Aqui, a Autora alerta para o contributo de Régio para o literaturismo (um dos ramos do turismo cultural). Faz, assim (numa atitude que persistirá na terceira secção do livro, no texto “Casas de escritores na região demarcada do douro: sustentabilidade e turismo cultural”), um levantamento dos locais *vividos* por Régio, sempre, note-se, “sob a égide da *poiesis*” (64). O texto poético, textos como *A velha casa*, ou *Confissões dum homem religioso*, ou *Páginas do diário íntimo*, ou, ainda, a *Correspondência* com Agustina e Eugénio Lisboa, convidam-nos a isso mesmo: a que nos detenhamos (com sentido estético e intencionalidade reflexiva) nesta forma específica de turismo cultural. Isabel Ponce de Leão convida-nos a essa reflexão, lembrando com cuidado crítico as referências presentes na obra poética regiana (nunca caindo nos equívocos fáceis da visão biografista [quando esta é guiada exclusivamente por esse olhar]). E, devo reconhecer, fá-lo de forma muito interessante e apelativa, recorrendo muitas vezes à história que envolve a relação de Régio com o *locus* (monumentos, casas, ruas, parques, jardins, rios, praias), com o ambiente cultural que o circundou (os amigos com quem Régio conviveu e colaborou, as tertúlias académicas em que participou, os projetos, as revistas, as gentes, as lendas populares...). E aqui – numa reflexão que, aliás (talvez por inclinação pessoal e vício profissional), considero interessantíssima – não podia naturalmente deixar de estar presente a forte e marcante cidade de Coimbra (ao lado de outras também muito relevantes, como Vila do Conde e Portalegre), *locus* que, entre outros, a Autora (coimbrã de nascimento) igualmente tem em conta, frisando a relação da obra de Régio com a mitificada, e mistificada, cidade dos estudantes, com o seu património e com os intérpretes da “Canção de Coimbra”.

Para todos os efeitos, seja por esta ou outras formas de recobramento da memória literária – como acontece no texto seguinte, “Ecos de Sophia” (onde, tendo como referência a Exposição de artes plásticas na Cooperativa Árvore, realizada em ano de centenário de Sophia, apresenta cinco textos, e pretextos, de peças aí expostas de Armando Alves, Maria Antónia Jardim, Afonso Pinhão Ferreira, Fernando Hilário e Hélder Bandarra [dedicando a Autora aos três últimos também um conjunto de reflexões estimulantes na segunda parte deste livro]) –, torna-se essencial encarar esta obra de Isabel Ponce de Leão

como um livro que se resolve quer em *continuidade* anamnésica literária, quer como bibliografia de referência no âmbito dos estudos artísticos.

A prova mais evidente dessa afirmação encontra-se nas reflexões expandidas na segunda parte, “**Reflexos**” – caracterizadas, segundo a Autora, como “reações espontâneas, emotivas, afetivas” (19) a objetos estéticos no âmbito das artes plásticas. Note-se, contudo: nessas reflexões se nota o requintado sentido crítico, o evidente *hard labour* da leitura crítica que vai fazendo desses mesmos objetos estéticos (sempre neles encontrando o que de mais importante deve/pode ser salientado, sempre cruzando dialogicamente cada artista com as referências vertebrais de uma História de Arte(s) a que não nos podemos nunca furtar). Nesta secção, são robustas “reações” assentes em apurada leitura crítica sobre artes, sobre pintura, escultura, cerâmica, desenho. Assim, a Autora realça, e interpreta, e justifica, e “lê”, a razão de ser de artistas tão diversos (e, por vezes, tão próximos na incidência artística): **Adelino Ângelo** (a luminosidade, a justeza pictural, o cuidadoso jogo luz/sombra, os antagonismos cromáticos, a conjugação impressionista, expressionista e timidamente neorrealista, o estilo pessoalíssimo, a consciencialização social a que nos obriga, o desafio da tradição, os temas e os retratos para que remetem, mediatamente, as suas obras [a condição humana, as questões sociais e económicas, as figuras marcantes de uma sociedade global marcada pelas migrações e multiculturalismos]); **Afonso Pinhão Ferreira** (a simplicidade e honestidade artística, a versatilidade da paleta cromática; a capacidade de os seus retratos conseguirem transmitir a essência interior do sujeito que é representado); **António Macedo** (o idioleto muito próprio, a feição hiper-realista, a concetualização de beleza, a cedência ao fotorrealismo, a toada surrealizante, o carácter narrativo, a capacidade irónica, a policromia, assente na coerência dos estilemas, os motivos catalisadores, o hiper-realismo, o surrealismo, a individualidade de cada quadro seu na coerência macro-estrutural da sua obra); **Balbina Mendes** (a representação de seres mais humanos que aqui e além ensaiam o divino, mas que também o negam, a abertura polissémica, o tridimensionalismo, o revivalismo temático); **Fernando Hilário**, verdadeiro “artista artesão” (a energia e força artísticas, a inteireza pictural, a capacidade para despir a cidade, o geometrismo, a independência do fazer artístico, a presença dialógica com Vieira da Silva (e com Cargaleiro, Nadir Afonso, Amadeo, Sarah Afonso, Kandinsky, Paul Klee), a comparência constante da cidade do Porto, a capacidade

cromática, as obsessões pela caricatura de Pessoa...); **Francisco Simões** (as marcas clássicas e um leve neorrealismo; a presença da mulher, a demanda de perfeição erotizada pelo poder dos sentidos, a modernidade e simplicidade, a “fé” da sua “arte plena”, a sua compreensão da sociedade contemporânea sem perder os valores ancestrais, o sinestésismo, a capacidade para provocar intensa emoção estética); **Helder Bandarra** (a coerência, a exploração da cor azul, o abstracionismo expressionista, a polissemia, poliédrica e profícua, a presença de Braque e Picasso, os reflexos das tradições libertárias, o desafio da ordem racional); **Helena Amaral** (a natureza “viva” da sua pintura, que “tanto apetece”, a preferência pelas cores vermelha, azul e amarela [com toda a carga semiótica que lhes subjaz], o motivo das flores, o impressionismo); **Isabel Saraiva** (o vorticismismo dinâmico, o geometrismo organizador, o minimalismo, o festival das cores, o apelo ao diálogo concordante com o *outro*); **Júlio Resende** (o reenquadramento do homem no seu todo social, o valor documental que abraça o universal); **Luís Pedro Viana** (a presença da estética modernista, e de um certo fauvismo, ou de um expressionismo, ou de um surrealismo, ou de um geometrismo numa obra em constante *work in progress*); **Luísa Prior** (o conceito de morte como gênese da vida, a coerência temática, o geometrismo minimalista, a fidelidade ao abstracionismo, o axial expressionismo figurativo, a afirmação pujante da policromia, a comparência de Klee e de Kandinsky, a coerência técnica e temática, bem como a constante assimilação de novas técnicas); **Manuela Mendes da Silva** (o expressionismo abstrato kandinskiano, a policromia com uma tão forte carga semiótica inerente); **Margarida Antónia** (“a demanda de um mundo melhor pelo respeito a um código de valores que tem no outro o seu próprio eu”); **Otilia Santos** (a imaginação e a criatividade; a exploração do inconsciente, o tom surrealizante controlado por uma substancial racionalidade, a proximidade pós-modernistas, a atitude ecológica, a conciliação perfeita da modernidade e tradição); José Rodrigues, o Mestre, um dos fundadores da Cooperativa Árvore (a quem Isabel Ponce de Leão escreve uma sentida, terna e reconhecida carta, àquele que um dia decidiu que os anjos são mulheres, logo, Anjas”).

Constitui a terceira secção de *Pro litteris* “**Dispersos**”, a secção que considero mais interessante, equacionadas que são algumas das mais importantes premissas programáticas da Autora: a defesa de um “Neo-Humanismo”, abordando nesta fase um conjunto de problemáticas de

índole essencialmente *afirmativa* implicada por aquela noção: o tema do Antropoceno; a *atitude* jornalística; a pedagogia que deve estar inerente à leitura que do Homem fazem os diversos discursos sociais, culturais, estéticos, artísticos; o comportamento interartístico; a (re)integração do literaturismo; o problema delicado das migrações; a conceção dinâmica das efemérides (com tudo o que nelas se pode rejeitar, ou aceitar)... O que a Autora pretende, com esta atitude humanista, é evidenciar a importância do investimento subjetivo que delimita o sujeito – entidade social com a capacidade de poder exceder e transcender a sua existência de simples ser biológico. Não se trata, note-se, sublinha a Autora, de um Humanismo clássico, renascentista, erudito, livresco, elitista, outrossim de um Humanismo fundado nos valores éticos universais e interdiscursivos que aquele Humanismo nos legou, possível apenas porque um outro atributo se assume como a verdadeira alternativa que qualitativamente enriquece o sujeito, e o eleva à verdadeira categoria de *sujeito* – afinal, aquela *consciência subjetiva* de que nos falava também Alain Badiou (1994).

É sustentando-se nestes princípios – adequados com justeza ao que deve ser, efetivamente, o perfil do professor universitário – que, nesta terceira parte (e, afinal, ao longo de todo o livro, o que uma leitura atenta evidencia), Isabel Ponce de Leão problematiza, seguindo (sempre) uma desenvoltura interdiscursiva, o termo e conceito *Antropoceno* no ensaio **“Ryszard Kapuscinski e a (in)consciência da era antropocénica”** (termo e conceito aquele que comprometeu a estabilidade ambiental permitida pelo Holoceno): aí recusa qualquer tipo de pessimismo e invoca positivamente o *Manifesto eco-modernista*, apelando para a necessidade de se repensar o ambientalismo, as suas metas, a sua forma de atuação. Nesse sentido, analisa o texto *Mais um dia de vida – Angola 1975*, de Ryszard Kapuscinski, e o filme homónimo, de Raúl de La Fuente e Damian Nenow, convidando-nos a refletir sobre a cidade de Luanda e sobre a sua falta de “visão de futuro”, num “país rico que ainda não percebeu o impacto ambiental no crescimento económico” (2019, p. 221).

Mais à frente, no texto **“Casas de escritores na região demarcada do Douro: sustentabilidade e turismo cultural”**, aparece de novo vincada a noção de que, pela atitude humanista (no sentido conferido pela Autora), a recuperação da memória de um passado e de uma tradição deve ser cada vez mais valorizada pelas autoridades competentes. E uma das premissas fundamentais passa pela defesa da

sustentabilidade, no que ela implica de “conservação e autonomia”, de proteção do património cultural (material, ou imaterial), da memória, e consequente aposta no futuro; aqui cabem, por exemplo, as casas-museu dos escritores, avançando entretanto a Autora com algumas sugestões a serem consideradas pelo poder político (e económico) para proteger e dinamizar estes “pedaços arquitetónicos com alma”, estes espaços que “também são nossos” (2019, p. 308), tão-somente porque concentram um legado que é necessário preservar, mostrar e dinamizar. Concede-se assim uma (ainda) maior consistência ao turismo cultural; justificam-se, afinal, as políticas da UNESCO; garante-se, enfim, a identidade de um povo. Porque, afinal, passado, presente e futuro se encontram ligados; porque, afinal, literatura e artes se encontram determinadas pela noção de vida; porque, afinal, a capacidade humanista, por assim dizer, implica um lastro de consequências que se inter-relacionam com a elaboração construtiva, e reconstrutiva, daquela capacidade.

Ora, estas afirmações podem ilustrar-se ainda melhor, se tivermos em consideração o texto **“Complementaridades: a arte e a vida”** (um dos textos mais interessantes deste livro): a partir do “Schéma du système de Beaux-Arts” de Étienne Souriau, a Autora desenvolve uma pequena, mas muito certa, história das interartes, refletindo sobre a comunhão interartística em termos espaciotemporais entre as diversas artes – desde a Idade Média, com as Cantigas de Amigo e o pleno do estilo românico, até ao Surrealismo. E aqui mais uma vez se nota que as preocupações operatórias merecidas por Isabel Ponce de Leão se encontram estritamente ligadas a um princípio metodológico e hermenêutico muito forte – princípio esse que se poderá traduzir na seguinte formulação: as artes, sejam elas primárias ou secundárias, maiores ou menores, vivem largamente umas das outras, sustentam-se, enriquecem-se, complementam-se; ou, dito de outro modo: “a expressão concreta de todo um conjunto orgânico enforma as verdadeiras obras com uma existência física, ficcional, fenomenológica e transcendente” (2019, p. 252).

É, no fundo, esta uma das bases programáticas deste livro. É, no fundo, essa base que lhe permite: estudar a arte na revista *Presença* (contributo este deveras enriquecido com um conjunto de anexos muito interessantes sobre a presença das artes plásticas e dos artistas plásticos na revista), no texto **“O instinto e o dom (Presença e as artes plásticas)”**; encontrar a sua justificação plena no texto **“Do Parque dos Poetas”** (uma

reflexão sobre o nascimento deste projeto na cidade de Oeiras, bem como as diferentes fases e os poetas que ali se encontram representados pelas Artes); revigorar-se na sua visão do fenómeno literário alteronímico, e heteronímico (no texto **“Da persona da infância às Personae da adultícia. Chevalier de Pas e Alexander Search”**); dissertar sobre algumas perversidades e algumas verdades dos abraços artísticos ao fenómenos religioso no texto **“Fátima 2017 (literatura, artes plásticas, 7º arte)”** – onde o tema central são as efemérides (que tantas vezes trazem aproveitamentos oportunistas) e o que a cultura portuguesa desenvolveu (ao nível da literatura, do jornalismo de investigação, do ensaísmo historiográfico, do ensaísmo cultural, do fotojornalismo, das artes plásticas, da escultura, da joalheria e decoração, dos estudos científicos, da produção cinematográfica e televisiva, das artes do espetáculo) para em 2017 comemorar o centenário do “milagre” de Fátima; ou, ainda (como leva a cabo no texto **“Comunicação não verbal: uma perspetiva psicossemática”**), desenvolver uma interessante reflexão sobre a comunicação não-verbal (e o fenómeno da moda) e os seus princípios programáticos, tendo como enfoque hermenêutico um conjunto de variáveis provenientes da Semiótica, da Sociologia, da Psicologia e da Antropologia; ou, também (como acontece no texto **“Migrações: entre a ficção e a realidade”**), sempre na esteira da inter e pluridiscursividade determinantes na ação e gesto críticos de um professor universitário, interpelar, com referências provenientes da reflexão multicultural, o problema das migrações portuguesas (apontando os principais fluxos migratórios, as suas causas, as suas motivações, as suas consequências) e intervir, com o pêndulo literário, sobre uma obra de Olga Gonçalves e sobre o tema do brasileiro na ficção literária portuguesa (desde Camilo Castelo Branco até Torga, passando, entre outros, por Júlio Dinis, Eça de Queirós, Trindade Coelho, Ferreira de Castro) – porque, como assevera, à literatura cabe o papel nuclear de “questionar [...], agilizando assim as respostas de sociólogos, antropólogos, historiadores...”; ou debater (no texto **“D. Juans e Marialvas”**) os conceitos de donjuanismo e de marialvismo, estudando a sua representação quer nas artes plásticas, quer na literatura portuguesa, concluindo que, na sociedade contemporânea, não foi o papel masculino que entrou em insolvência, antes a “conduta feminina que se alterou” (2019, p. 362), e que o donjuanismo se encontra “ameaçado”, porque “há todo um quadro social de independência cultural e económica da mulher, que a torna insubmissa, logo, incómoda ao

voluptuoso *D. Juan*. Dessa independência parece-me resultar, fatalmente, um donjuanismo no feminino”, e que o marialvismo se continuará a “postular nos *head-lines* da publicidade, nas letras de alguns fados, na linguagem proverbial” (2019, p. 351).

E porque o Neo-Humanismo de Isabel Ponce de Leão incorpora umbilicalmente (muito pelo seu percurso profissional) quesitos literários, linguísticos e interartísticos, deixei para o fim os três artigos que considero mais significativos deste livro, por aquilo que a Autora nos habituou já: convidar-nos a refletir, e a agir.

É desse modo que – no ensaio “**Da imprensa na formação linguística dos (jovens) leitores**” – coloca o dedo em ferida social profunda: a ausência de uma prática de leitura nos nossos jovens estudantes, não descartando, porém, tampouco a responsabilidades de algum jornalismo (que demonstra desconhecer o funcionamento linguístico da língua a que recorre).

A mesma dinâmica (crítica que solicita a reflexão) é incutida ao texto “**Jornalismo cultural**”. Nesse “ramo ligado às diferentes manifestações culturais de uma sociedade sejam elas o cinema, a literatura, as artes plásticas, a música, a dança, o teatro...” (2019, p. 223), avalia o modo como o jornalismo cultural se esquece da nova realidade cultural do XXI, onde se torna absolutamente necessário conhecimentos de História, de Antropologia, de Sociologia, de Arte, de Política, de Língua. Trata-se este texto, no fundo, de uma espécie de manifesto sobre a necessidade de um jornalismo cultural consentâneo com os princípios mais basilares – jornalismo esse que, nesta nova realidade cultural, se vai esquecendo cada vez mais e mais do papel da “inculturação pós-figurativa” (2019, p. 225), do binómio cultura/natureza, da interculturalidade, das virtualidades polifónicas envolvidas pelo termo e conceito “cultura”, da necessidade de formação de alguns jornalistas, da obrigação que lhe cabe de erradicar vícios enraizados (o corporativismo, a intromissão no domínio privado, o conluio com o poder político e económico, a exagerada simplicidade, o desejo de celebridade, a insensibilidade aos seres anónimos, a formação de “*guetos* e capelas”, o clientelismo, a falta de profundidade).

Finalmente, o texto “**Artes plásticas, século XXI**”: aqui, Isabel Ponce de Leão expõe a sua visão de Cultura do XXI. Retenho uma reflexão ampla sobre a Arte no início do século XXI, onde o artista é, cada vez mais, um “profissional liberal”, obrigado que se encontra a “pactuar com o chamado mundo da arte” e a “estabelecer relações de

convivência pacífica com críticos, jornalistas, curadores, programadores culturais, editores, compradores, comerciantes, intermediários, revistas, fundações, galerias e museus” (2019, p. 270) – conceção esta tanto mais evidente quanto a circunstância de acontecer num contexto cultural paulatinamente marcado pelas “*performances*”, pelas “ações coletivas”, pelos “projetos”, pelos “encontros internacionais”, pelas “bienais” (2019, p. 271). Neste início de milénio, em que “os artistas deixaram de ser artesãos de uma só arte para se dedicarem à Arte”, e onde, com cautela, se fala em Pós-colonialismo – discursividade essa figurada tematicamente na exploração cada vez mais consistente das “identidades”, das “etnias”, dos “géneros” –, neste início do século XXI, a Arte vai-se caracterizando pela “multiplicidade e pela transversabilidade”, pela consolidação da “arte de rua”, pela polifonia estilística, pela interação cada vez mais acentuada entre o artista e o seu público, pelo elemento “antagónico” (e, por vezes, inverossímil) (2019, p. 271-275), pela “verdadeira revolução [...] na eleição dos materiais”, mas também na “convivência pacífica e cooperante com movimentos artísticos anteriores” (2019, p. 275-279): a “*Op Art*”, o “Minimalismo”, a “*Pop Art*”, o “Geometrismo”, a “poética do feio”, o “neossurrealismo”, o “expressionismo abstrato” (determinado ainda pelo sinal de Kandinsky). E, no que a toda esta problemática diz respeito, conclui Isabel Ponce de Leão: “[...] do geometrismo ao figurativismo, do abstracionismo ao neossurrealismo, do gestualismo ao expressionismo e ao neofigurativismo... tudo se junta numa encruzilhada que convoca a epígrafe de Deleuze: ‘A única questão realmente relevante para a arte é a sua relação com a vida’” (2019, p. 280).

Termina Isabel Ponce de Leão – também, não o esqueçamos, Deputada Municipal da Câmara Municipal do Porto – o seu livro com um olhar sobre o Porto (“**Do Porto**”), a cidade que a “adotou”, com um olhar sobre: “**O mar da Foz**” (“Um feitiço, um enlevo: arte!” (2019, p. 371)); a “**Cadeia da Relação**” (património mundial da Unesco, por onde passaram, e sofreram, escritores, personalidades da cultura portuguesa); alguns dos mais representativos *dandies* e *aristocratas* da cidade do Porto (“**Dandies e aristocratas – um património**”) – muitos deles escritores consagrados da história da literatura portuguesa (Garrett, Herculano, Camilo, Antero, António Nobre, Agustina, Eugénio de Andrade, Sophia, Vasco Graça Moura, entre outros), e que naquela cidade viveram ou deambularam, percorrendo os seus espaços tão característicos –, sempre dignos representantes de uma cultura e de uma atitude mental muito

próprias; as **“Glicínias”** (“Emblemas do ciclo vegetal insinuando o vital e o seu caráter efêmero” (2019, p. 375)); trabalhos fotográficos e mapas ilustrados sobre o Porto (a cidade Invicta), suscetíveis de serem elogiados, enquanto “memórias” “de lugares e afetos” (2019, p. 379) (**“Memórias de Afetos”**). Por último, o texto com que encerra o livro (**“Postal ilustrado”**) é um hino (com as notas, apesar de tudo, sempre presentes ao longo deste seu livro) a um Porto pluridiscursivo, é um canto aos lugares, hábitos, jardins, tertúlias, bares, ruas, monumentos, sensibilidades, daquela cidade, mostrando (também) desse modo Isabel Ponce de Leão seguir as palavras de Agustina – quando um dia escreveu que o Porto não era propriamente “um lugar”, antes “um sentimento” (2019, p. 386) –, ou de Vasco Graça Moura – quando confessou: “O Porto faz parte da minha maneira de ser” (2019, p. 387).

É, em última instância, com esse sentimento que Isabel Ponce de Leão termina este seu livro, que é também a sua “maneira de ser”: distinta, polifônica, por quem a Luz da cidade Invicta e de uma erudição se excede, na forma plena, mas humilde, com que reflete sobre o Homem e as suas criações.

Trata-se de um livro para adquirir, para ler, para apreciar. Trata-se de um livro que, com o Neo-Humanismo que maximamente o percorre, nos convida a refletir... e a agir. Como, definitivamente, nestas lides, deveria ser imposto a todo o Professor universitário o diálogo pluridiscursivo com a cultura!

Referências

ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1993.

BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume; Dumará, 1994.

LEÃO, I. P. de. *Pro litteris*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2019.